

Direitos trabalhistas e políticas de confrontação com o sindicalismo britânico: 1979-90

Pedro Fassoni Arruda*

Resumo:

As relações entre o governo de Margaret Thatcher e os sindicatos foram tensas. A estagflação do final dos anos 70 motivou uma mudança de atitude dos conservadores, que romperam o compromisso social do pós-guerra e iniciaram uma contra-ofensiva para enfraquecer os sindicatos e eliminar direitos que foram conquistados no último século e meio. O retorno dos conservadores ao poder, em 1979, foi o início de uma luta do capital visando reduzir o poder político e social dos sindicatos, fortalecidos durante os governos trabalhistas anteriores. A hostilidade do novo bloco no poder, em relação aos sindicatos, ficou bastante evidente quando Thatcher declarou-os o "inimigo público número um" da nação, identificando-os como os principais obstáculos à implementação do neoliberalismo e do projeto de "modernização" do Estado.

O nascimento do thatcherismo

O projeto thatcherista surgiu na segunda metade dos anos 70, como uma contra-ofensiva aos governos trabalhistas de Harold Wilson e James Callaghan (1974-79). Buscava-se estabelecer um novo consenso no seio da burguesia, no sentido de que apenas com uma forte determinação política e intransigência quanto aos princípios ideológicos seria possível encerrar o ciclo dos reformistas no poder e estabelecer as bases para a retomada do desenvolvimento econômico e social. Thatcher e os novos conservadores elaboraram uma retórica nacionalista que, servindo de plataforma eleitoral, deveria garantir também a coesão de um novo bloco no poder: "Vamos devolver o 'Grande' à Grã-Bretanha", costumavam repetir.

Num momento em que tanto os trabalhistas quanto uma grande parte dos conservadores ainda hesitavam em abandonar completamente as receitas

* Professor do Departamento de Política da PUC/SP e pesquisador do Neils

keynesianas e confrontar abertamente os sindicatos de trabalhadores, a retórica thatcherista buscou polarizar radicalmente as discussões entre a esquerda e a direita, ao afirmar *não haver alternativas* viáveis ao seu projeto de reforma do Estado. Daí surgiria outro *slogan* de forte repercussão: “TINA” (*there is no alternative*).

A radicalidade do discurso thatcherista repercutiu no seio do próprio Partido Conservador. Como afirmou Gamble (1993: 118),

Sob Thatcher, muitos dos conflitos e divisões no Partido conservador foram estancados, como conseqüência direta de seu estilo de liderança. Sua intolerância em relação aos demais argumentos internos, seu desprezo pelo consenso, a descrição de si mesma como uma personalidade de convicções, seu interesse em identificar de todas as maneiras “quem está conosco”, logo a transformaram num símbolo de liderança excepcionalmente forte, obrigando cada um a se posicionar como inimigo ou amigo. Para ela, não poderia haver meio-termo.

O discurso agressivo e intransigente de Thatcher e seus assessores intelectuais, que alegavam ser necessário acabar com a “cultura da dependência” e o consenso coletivista que haviam legitimado a intervenção do poder público, tornou-se uma exigência, diziam, para promover a recuperação não apenas da economia britânica, mas também de sua *moral*¹, corroída por décadas de instituições ineficientes e corruptas. Os thatcheristas buscaram levantar bandeiras de luta que se distinguiam tanto das dos trabalhistas quanto de algumas questões historicamente levantadas pelos próprios conservadores (Palafox, 1999: 8-10).

Seus discursos em favor de temas como recuperação da competitividade, da meritocracia e do fortalecimento da individualidade, contra o poder excessivo das organizações, além da defesa moral da família e seu combate aos privilégios e à “ditadura dos sindicatos”, estavam intimamente relacionados com uma visão de mundo sectária que defendia um individualismo proprietário radical, antiestatista, antioletivista e contra qualquer tipo de controle sobre a propriedade privada.

Como parte desta ofensiva ideológica, Thatcher, juntamente com Keith Joseph, fundou o CPS (Centre for Policy Studies), em 1974, o principal *think tank* de centro-direita, que se encarregaria de difundir os princípios do liberalismo nas políticas públicas. O instituto foi criado com o propósito de influenciar as decisões políticas na direção da redução do Estado e defender ideologicamente

1. O Secretário de Estado para Serviços Sociais do governo Thatcher argumentou que apoiar-se na previdência social do Estado “pode, com o tempo, corromper o espírito humano. Todos conhecem a lúgubre apatia da dependência e podem compará-la com o puro deleite da realização pessoal. Montar deliberadamente um sistema que cria a primeira em vez da segunda significa agir diretamente contra... o bem-estar dos indivíduos e da sociedade” (citado por Taylor-Gooby, 1991: 172)

a extensão da responsabilidade e liberdade individuais. Nas palavras de Keith Joseph, o CPS foi fundado para *enquadrar o Partido nos princípios da economia liberal*; afinal, o compromisso do pós-guerra teria sido o responsável por “30 anos de figurino socialista; 30 anos de intervenções; 30 anos de boas intenções; 30 anos de frustrações”.²

Thatcher, que em 1975 substituíra Edward Heath (Primeiro-Ministro entre 1970 e 1974), vencendo-o na disputa pela liderança do Partido Conservador, tinha como objetivo recolocar seu partido no poder, e como parte deste projeto iniciou uma série de ataques ao Labour Party e à “ditadura dos sindicatos”, que haviam tolhido a liberdade individual. “A forte organização sindical inglesa, associada à proximidade histórica com o Partido Trabalhista, se transformou numa ameaça à implantação plena do projeto neoliberal de M. Thatcher e foi escolhida por ela como uma barreira a ser necessariamente removida” (Rodrigues & Ramalho, 1998).

Neste sentido, a filosofia social individualista e antioletivista que inspirou o *thatcherismo* foi utilizada como uma importante arma ideológica na sua luta contra os sindicatos, na medida em que o fim do compromisso de classes – dado sobretudo pela recusa dos conservadores em promover ou estimular a barganha coletiva que vigorou até meados da década de 1970 – ocorreu no momento em que também buscava-se culpar os sindicatos pela ineficiência da economia britânica, cujas taxas de crescimento no período após-guerra ficaram abaixo da média dos países da OCDE. A “lerda Grã-Bretanha”, segundo a expressão de Hobsbawm (1995: 254), perdeu inúmeras posições no ranking global de competitividade industrial, durante os “trinta anos gloriosos”.

A retórica da “ditadura dos sindicatos”, recorrente nos discursos de M. Thatcher, tanto antes quanto após sua eleição, foi um instrumento que os conservadores utilizaram para tentar isolar as lideranças sindicais das bases operárias, associando as estratégias de confrontação *trade-unionistas* da década de 1970 e início dos anos 1980 a um estilo corporativista ultrapassado, que beneficiaria apenas uma pequena parcela da classe operária. A referência dos meios de comunicação ao Sindicato dos Trabalhadores das Docas como a “última das grandes guildas medievais”, e aos líderes sindicais como “dinossauros” (Beynon, 2000: 270), refletiram a bem-sucedida difusão dos preconceitos *thatcheristas* em relação aos sindicatos.

A mudança de estratégia dos conservadores, de fato, resultou num acentuado declínio da influência dos sindicatos. Entre outros fatores, o colapso das

2. Guardian Unlimited (politics.guardian.co.uk/thinktanks). M. Thatcher, pelos mesmos motivos, se orgulhava de dizer que “tinha dado adeus ao socialismo para sempre” (Mészáros, 1998)

tradicionais instituições de barganha coletiva “foi vigorosamente promovido pelo governo Thatcher, que em 1979 deu início a uma série de reformas visando encorajar a barganha coletiva entre os patrões e seus empregados” (Thelen, s/d: 39). Os sindicatos sofreram um forte abalo, como comprovam algumas estatísticas que indicam uma redução do número de trabalhadores que eram cobertos por algum tipo de barganha coletiva (s/d: 41).

Assim, com o argumento de que a limitação dos poderes dos sindicatos seria uma forma democrática de “devolver o poder aos trabalhadores”, um poder que teria sido usurpado pelos sindicatos, Thatcher buscava dar legitimidade e apoio popular às suas medidas, visando a reduzir a margem de manobra do trabalho organizado. O estímulo à barganha individual, em detrimento da coletiva, era um dos corolários necessários de seu “capitalismo popular” e da sua retórica em defesa de uma “democracia dos pequenos proprietários”. Na prática, este discurso apenas ocultava uma política social des-emancipadora, concentradora da riqueza e de favorecimento dos monopólios privados.

Sua vitória nas eleições de 1979 foi a oportunidade que esperou para colocar em prática as reformas idealizadas no quinquênio anterior.

A opção conservadora e as políticas sociais

A ascensão de Thatcher à liderança do Partido Conservador representou uma pronunciada mudança não apenas em relação às estratégias de confrontação política envolvendo os trabalhistas e os *tories* (e, em conseqüência, entre os trabalhadores e a burguesia), mas também implicou uma ruptura com certos paradigmas políticos e ideológicos sustentados de forma hegemônica pelos próprios conservadores, até meados da década de 70.

O compromisso anterior com políticas de pleno emprego, seguridade social e apoio do Estado às tradicionais indústrias britânicas, que os conservadores buscaram estabelecer nas ocasiões em que estiveram no poder, passou a ser duramente criticado pelos thatcheristas, que buscaram associar tais medidas à crise generalizada da sociedade britânica, na década que antecedeu à primeira eleição de Thatcher.

Durante o governo Thatcher, uma das maiores influências do pensamento econômico neoliberal ocorreu não apenas no que diz respeito às relações entre capital e trabalho, mas também sobre as próprias relações entre as diversas frações do capital. Isto porque a desregulação da produção material e das finanças implicava uma recusa do Estado em atuar como organismo de planejamento e centralizador das decisões econômicas; ou seja, recusou-se o papel do Estado como instrumento de harmonização e orientação dos diversos capitais, o que

representou uma “mudança de atitude” do Estado em relação à burguesia: *uma não-intervenção deliberada nos principais conflitos trabalhistas* (Leys, 1985: 10).

Uma das conseqüências desta mudança de atitude foi uma reconfiguração do equilíbrio de forças entre as frações capitalistas, especialmente como decorrência da “dramática contração do setor manufatureiro” (Leys, 1985: 10) ocorrida na Grã Bretanha, a partir de 1979. A facção industrial, não por acaso, aceitou com muito mais reservas a política de desregulação econômica, se compararmos com o comportamento dos capitalistas financeiros e do setor de serviços, que foram os maiores beneficiados com a reconversão da economia nacional. Entre outras conseqüências, o processo de *ajustamento forçado* das empresas manufatureiras levou muitas destas ao fechamento, em virtude do acirramento da concorrência (decorrente da abertura comercial) e do choque recessivo do início do governo Thatcher. A contração do setor manufatureiro foi bastante traumática após 1979, sendo que apenas entre este ano e 1984, cerca de 25% de suas manufaturas seriam perdidas (Hobsbawm, 1995: 299).

Esta queda da atividade industrial foi acentuada nos anos 1980, sobretudo devido à implementação de um programa de ajuste econômico baseado no controle da emissão de moeda, dos gastos públicos e dos salários (visando ao controle da inflação e ao equilíbrio fiscal). Isto prejudicou o setor manufatureiro da economia, uma vez que tais medidas foram executadas em combinação com uma estratégia de obtenção de vantagens comparativas (ver Leys, 1985: 24; Beynon, 1995: 08; Tavares, 1996: 38 e 57) em setores não industriais, sobretudo as atividades parasitárias de intermediação financeira, seguros e serviços. Um escritor afirmou, com muita propriedade, que a Grã Bretanha se transformou parcialmente em um *Estado rentista parasitário* (Woods, 1998).

De fato, em meados da década de 1990, o setor de serviços já era responsável por mais de 70% dos postos de trabalho na Inglaterra (Beynon, 1995: 09). Esta pronunciada migração dos postos de trabalho da indústria para o setor de serviços ocorreu em detrimento, especialmente, dos setores mais tradicionais da economia britânica, e repercutiu profundamente na própria forma de ser de sua classe operária. Setores estratégicos da economia nacional (tais como os de mineração, siderurgia e transporte ferroviário, assim como a indústria têxtil e a da construção naval) passaram por uma expressiva contração do número de seus empregados, foram privatizados ou praticamente extintos. Isto modificou substancialmente o perfil, ou os traços mais característicos, daquela que foi a nação pioneira e uma das mais “identificadas” (Hobsbawm, 1995: 297) com a fase anterior da indústria, baseada no paradigma fordista de produção e consumo.

A estratégia de fortalecimento dos setores financeiros do capital, em detrimento da fração do capital industrial, tem sido interpretada como uma

estratégia *deliberada* de inserção competitiva da economia britânica nas relações de troca internacionais. Isto levou a Grã Bretanha a se especializar em setores que requerem um avançado processo de concentração e/ou centralização de capitais – como tem sido o exemplo das altas finanças – e efetuar a adequação de seu parque produtivo ao paradigma da produção dita flexível (onde a flexibilização do trabalho e a política de enfraquecimento dos sindicatos surgiram como uma condição *sine qua non*), promovendo o fechamento seletivo de certas indústrias tidas como ineficientes e pouco rentáveis. Disto resultou uma notável *reconfiguração da Inglaterra na nova divisão internacional do trabalho*, como observou Antunes (2000: 61).

Esta reconfiguração, em linhas gerais, ocorreu da seguinte forma: alguns importantes setores da economia britânica, que já mencionamos anteriormente, foram gradativamente perdendo suas posições de liderança na economia nacional. O papel central e hegemônico das *smokestack industries* (literalmente, “indústrias de chaminé”), na Grã Bretanha, foi substituído por empresas da chamada “nova economia”, sobretudo aquelas envolvidas na microeletrônica, na produção do e/ou baseada no conhecimento científico e tecnológico de ponta, bem como por instituições financeiras que já não preservam os contornos característicos daquele regime de acumulação que se convencionou denominar *fordista*.

Isto tem prejudicado enormemente a ação dos sindicatos, uma vez que estas novas empresas têm demonstrado uma clara opção pela individualização das relações de trabalho, o que tende a tornar supérflua a existência das organizações coletivas de trabalhadores. As empresas da “nova economia”, de fato, tornaram-se mais impermeáveis à ação sindical, e uma das causas apontadas pela sociologia industrial é que a sua própria forma de organização do processo produtivo tende a atomizar os trabalhadores no universo da empresa, promovendo um *declínio de uma ética de ação coletiva*, segundo as palavras de Beynon (1995: 13). As novas técnicas de gerenciamento “científico” da produção e de administração de empresas, segundo o modelo flexível, requerem o surgimento de um novo tipo de trabalhador, distinto qualitativamente do antigo “operário-massa” ou operário massificado; a busca consciente de novas formas de relacionamento com a classe trabalhadora, efetuada pelos capitalistas, está intimamente relacionada com a própria mudança de visão de mundo da classe dominante, agora dotada de uma ideologia empresarial meritocrática, com um forte *ethos* individualista e anticorporativista.

A contração, e até mesmo o desaparecimento completo de setores industriais da economia britânica, foram aceitos pelos thatcheristas no poder, que, com suas políticas monetárias dogmáticas, encararam a “desindustrialização” como

um processo de eliminação natural das empresas ineficientes ou pouco competitivas. Nas palavras de Auerbach (1995: 166-7),

A desindustrialização da Grã Bretanha e o desaparecimento de indústrias que eram líderes mundiais foram um processo demorado, mas o precipitado colapso da indústria britânica após 1979 estava ligado a uma taxa de câmbio excessivamente (e temporariamente) alta, inflada pelos recursos da venda de petróleo do Mar do Norte e por políticas monetárias dogmáticas. Aqui o governo, da maneira mais corajosa, aceitou esse colapso como o “veredito do mercado” e até saudou o desemprego como um auxiliar na sua batalha contra os sindicatos.

A experiência dos mineiros britânicos, especialmente após a derrota na greve de um ano, entre 1984 e 1985, tornou-se paradigmática da combinação entre desemprego e “desindustrialização”: a política indiscriminada de fechamento das minas resultou na *quase extinção de uma das mais importantes categorias do movimento operário inglês* (Antunes, 2000: 69), precisamente um dos setores operários mais estreitamente vinculados ao Partido Trabalhista e historicamente caracterizado por um notável poder político e social.

Vícios privados, benefícios públicos: foi com base no utilitarismo econômico e na difusão da ideologia empresarial do “homem que fez a si mesmo”, que as categorias de trabalhadores mais influentes na cena política e social britânica foram o alvo escolhido pelos conservadores para serem derrotados. As empresas públicas que eles representavam tinham se tornado, segundo os argumentos do grupo neoconservador, fontes de corrupção, autoritarismo e ineficiência sem paralelos na história da sociedade britânica, e necessitavam ser fechadas ou transferidas para a iniciativa privada, que cuidaria de livrá-las da influência tirânica das “ditaduras sindicais”; neste último caso, contando com a ajuda do governo, por meio de uma extensa legislação visando a enfraquecer o poder das *trade unions*.

A retórica do “veredito do mercado”, seguindo a mesma linha de raciocínio da mão invisível de Adam Smith e seu apelo à soberania absoluta do consumidor individual num mercado livre de interferências do poder governamental, foi, durante o período Thatcher, também uma forma de justificar e legitimar, perante a sociedade britânica, a ausência de políticas governamentais de recuperação das indústrias tradicionais. Isto estava intimamente relacionado com uma tentativa de resgatar os principais aspectos da tradição conservadora inglesa, que sempre teve na crença da superioridade do indivíduo em relação à sociedade – ao estilo de Bentham e Spencer – um de seus princípios mais importantes. A aposta no teorema smithiano (segundo o qual cada um, ao perseguir egoisticamente seus próprios

interesses, chega a contribuir para a promoção do maior bem-estar possível da comunidade), era, pois, um corolário necessário desta visão de mundo burguesa.

Recessão econômica e enfraquecimento sindical

No início do governo Thatcher, como conseqüência do choque liberalizante aplicado à economia britânica, houve uma recessão bastante severa. Os efeitos principais do “short sharp shock” de 1980-81 – anos em que a taxa de crescimento do PIB/PNB britânico variou, respectivamente, em 2,3 e 1,2 pontos percentuais *negativos* (Tavares, 1996: 36) – sobre a classe trabalhadora foram o crescimento acelerado da taxa de desemprego e o grande enfraquecimento dos sindicatos, ao mesmo tempo em que a produção *industrial* encolhia cerca de 14%, entre 1979 e 1981 (Glyn, 1995: 76), agravando a tendência, manifesta na década anterior, de contração da indústria manufatureira.

Estas conseqüências econômicas, na verdade, faziam parte da própria lógica do programa econômico thatcherista, no qual já se esperava (ou se admitia) uma recessão de curto prazo. Buscava-se impor um tipo de “recessão administrada”, que deveria estabelecer as condições objetivas para uma subsequente retomada da produtividade e das taxas de lucros das empresas, além do crescimento da economia nacional.

O curto choque recessivo, de orientação claramente monetarista, deveria ter o condão de promover rearranjos estruturais, forjando a modernização das empresas e eliminando as fontes de ineficiência e desperdício econômico, e proporcionaria uma retomada do crescimento de longo prazo.

O restabelecimento de uma “taxa natural” de desemprego, segundo a terminologia dos *think tanks* thatcheristas (ver Meneleu Neto, 1998, e Anderson, 1995), teria a mesma função e deveria funcionar de forma semelhante à explicação dada por Marx, em *O Capital*, do movimento ascendente do exército industrial de reserva como uma forma de exercer pressão sobre os salários do exército ativo, aviltando-os. A restauração da chamada “taxa natural de desemprego”, que Anderson identificou como uma característica de todos os projetos políticos e econômicos neoliberais, cujo propósito é o de “quebrar os sindicatos” (Anderson, 1995: 11), pode ser entendida, nesse sentido, como uma vitória dos capitalistas britânicos sobre os trabalhadores organizados.

O crescimento do desemprego, que ocorreu num contexto mais amplo de perda de participação do emprego industrial em relação a setores com pouca tradição de lutas, contribuiu significativamente para reduzir o poder de barganha coletiva dos trabalhadores, e proporcionou uma importante vitória da coalizão de poder na esfera política e econômica: os “obstáculos” ao aumento da

competitividade e ao incremento da produtividade das empresas foram reduzidos, e de fato a reestruturação produtiva proporcionou uma recuperação bastante expressiva dos lucros das empresas (ver Glyn, 1995: 55), além de um notável aumento da produtividade por trabalhador empregado na manufatura (Leys, 1985: 13).

Entre 1980 e 1982, o emprego *na manufatura* foi reduzido de 7,4 milhões para 5,4 milhões, uma redução de 2 milhões de trabalhadores, ou 27% do total da força de trabalho empregada nesse setor, em 1979 (Coates, s/d: 05)³. Embora o número *total* de trabalhadores britânicos em atividade pouco tenha se alterado no início do governo Thatcher (subiu de 26,6 milhões em 1979 para 26,9 milhões em 1983), o número absoluto de desempregados cresceu acentuadamente: de 1,29 milhão para 3,07 milhões entre 1979 e 1983 (Leys, 1985: 11). O desemprego, como porcentagem do total da força de trabalho, mais do que dobrou, entre 1979 e 1983: de 5,6% para 13,1% (idem, p. 11), a maior taxa de desemprego entre todos os países da OCDE, excluindo a Espanha sob o governo pseudo-socialista de Felipe González (Taylor-Gooby, 1991: 168).

O aumento do desemprego foi *deliberadamente* utilizado como um instrumento de pressão sobre os sindicatos e a classe trabalhadora. Isto ficou patente quando Alan Budd, um assessor próximo a Thatcher, declarou com bastante franqueza que...

Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...) o que se procurou *forjar* - para falar numa linguagem marxista - foi *uma crise no capitalismo*, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante⁴

O desemprego foi ainda aumentado em virtude de terem se combinado a secular tendência de contração relativa do setor industrial com aumentos expressivos de produtividade (Leys, 1985: 09), o que indica a existência de causas *estruturais*, e não meramente conjunturais, para a explicação do desemprego massivo. A redução do número de trabalhadores empregados na manufatura foi, quanto aos seus impactos sobre a classe capitalista, compensada com um incremento da produtividade dos trabalhadores remanescentes.

Em outras palavras, isto significa que o debilitamento do coletivo dos trabalhadores, colocado pela nova etapa das lutas de classes, abriu o caminho

3 Ver também C. Leys, (1985: 13) que, além de abordar um período maior (1979-83), mostra estatísticas que tratam de uma redução menor (cerca de 1,2 milhão) do número de empregos. Os dados estatísticos precisos, no entanto, não são o objeto central deste estudo, que tem o propósito de analisar as *estratégias* políticas dos conservadores na sua luta contra os sindicatos.

4 Citado por Beynon (1995: 12, os itálicos são nossos).

para a *intensificação da exploração* da mercadoria força de trabalho. Como parte integrante – e principal – desta ofensiva ao coletivo do trabalho, está o ataque aos direitos trabalhistas (que foram drasticamente reduzidos por meio de uma série de medidas legislativas) e sindicais, estes sob a forma de remoção de imunidades sindicais e a caracterização (tipificação legal) de uma série de atividades como ilegais e sujeitas a imposição de penalidades.

Em síntese: a enorme ofensiva aos direitos trabalhistas e sindicais, ao longo dos 11 anos em que Thatcher esteve no poder, foi *um dos* fatores que contribuíram para promover a forte recuperação dos lucros e da produtividade na indústria. O “milagre de produtividade” esteve mais relacionado à superexploração do trabalho do que aos investimentos efetivos, e refletiu, por isso, mais a racionalização do que a modernização propriamente dita (Glyn, 1995: 76; Coates, s/d: 18). A tendência ao debilitamento das organizações sindicais continuou mesmo após a recuperação econômica, após o curto choque recessivo do início dos anos 80 (ver Rodrigues, 1999: 247).

Thatcherismo e legislação anti- sindical

“What have you changed?”. Quando alguém fez, em 1979, esta pergunta à recém-eleita Primeira-Ministra do Reino Unido, esta respondeu objetivamente: “I have changed everything” (cf. Krieger, 1987: 04). Se esta resposta, obviamente, não corresponde ao que de fato ocorreu nos 11 anos em que Thatcher esteve no poder, ela pode, no entanto, *revelar a disposição* da chamada dama-de-ferro em levar adiante um programa de amplas reformas estruturais na sociedade britânica.

Com Thatcher no poder, quase nada restou de políticas keynesianas. Estas foram abandonadas e substituídas pelas *supply-side economics* (“economia do lado da oferta”), baseadas nas teorias de Friedman, Hayek e outros economistas neoliberais que condenaram o controle governamental sobre a propriedade privada, pois este controle era considerado um abuso contra a liberdade individual. Sem dúvida, neste contexto o *homo oeconomicus* da sociedade burguesa – o individualista possessivo que justifica o monopólio da propriedade por meio da alegação de ser o mais frugal, dedicado ao trabalho e dotado de maior capacidade – encontra um *habitat* que atende mais adequadamente o seu apetite para devorar quantidades cada vez maiores de mais-valia. Isto estava ligado a uma mudança macroeconômica bastante significativa, onde a retirada de apoio ao assim chamado Estado de bem-estar social representou o esvaziamento tendencial da esfera pública como condição para o processo de acumulação capitalista. Em ambas dimensões da reforma do Estado britânico, o “Estado mínimo” era considerado a única (ou a melhor) forma de alocação eficiente dos recursos, já que fora o crescimento das

atividades governamentais o responsável, segundo os conservadores, pela crise generalizada da economia e da sociedade britânicas.

Como parte integrante do projeto conservador, esteve também presente a introdução de uma reforma da legislação social (sindical, trabalhista e previdenciária) visando enfraquecer os sindicatos, uma vez que estes, enquanto “inimigo público número um” da nação, eram os focos de maior resistência à implementação dos seus projetos. Sendo as conquistas que os trabalhadores obtiveram do Estado, ao longo de sua trajetória de lutas, o alvo escolhido pelos capitalistas para retomar a disciplina nas fábricas e transferir parte do poder político e social do trabalho para o capital, iniciou-se a elaboração – e consequentemente a aplicação – de medidas legislativas que atingiam diretamente as prerrogativas e imunidades sindicais, além dos próprios direitos trabalhistas em sentido estrito. Buscando criar uma forma de legitimar sua política impopular e autoritária, Thatcher afirmou que estava buscando apenas “devolver os sindicatos aos trabalhadores”.

A aplicação sistemática de tais medidas representou uma ruptura com as próprias respostas do capital às pressões reivindicativas da classe trabalhadora, especialmente aquelas existentes no terceiro quartel do século XX, e que consistiram numa redistribuição dos poderes social e econômico do capital para o trabalho. Como afirmou Wallerstein,

O que é importante compreender é que esse “contra-ataque” é uma grande inversão de estratégia das classes privilegiadas, ou antes uma volta à estratégia do pré-1848, a de lidar com descontentamento dos trabalhadores num misto de repressão e indiferença. De 1848 a 1968, grosso modo, as classes privilegiadas tentaram o caminho de apaziguar as classes trabalhadoras pela instituição do Estado liberal combinado com doses de concessões econômicas. A estratégia foi politicamente bem-sucedida. Eles a reverteram somente quando a conta tornou-se muito alta, o que ocorreu apenas recentemente (citado por Beynon, 2000: 267-8).

De fato, muitos direitos que os sindicatos conquistaram, desde o momento em que o Estado passou a lhes reconhecer juridicamente, começaram a regredir, sendo que em alguns casos tais direitos foram totalmente abolidos. Embora a política de Thatcher tenha deixado resultados que permanecem até hoje, é oportuno não ignorar que *os homens é que fazem a história*, e se o movimento trabalhista britânico ainda não a vem fazendo como quer, as condições de luta são sempre instáveis e transitórias. Por isso, depende dos próprios trabalhadores colocar a Grã Bretanha sob o seu próprio controle. Não se trata, como em qualquer outro país, de reconquistar os direitos perdidos: na fase histórica do capitalismo, é preciso ir muito além, lutando pelo socialismo e pelo poder dos trabalhadores livremente associados.

Bibliografia

- ANDERSON, P. (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E., & GENTILI, P. (orgs.): *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANTUNES, R. (2000). *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- AUERBACH, P. (1995). “Sobre o otimismo socialista”. In: SADER, E. (org.): *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra.
- BEYNON, H. (1995). “A destruição da classe operária inglesa?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27, fevereiro.
- _____. (1999). “Globalização, neoliberalismo e direitos dos trabalhadores no Reino Unido”. In: OLIVEIRA, F., & PAOLI, M. C. (orgs.): *Os sentidos da democracia. Políticas de dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC.
- _____. (1999). “As práticas do trabalho em mutação”. In: ANTUNES, R. (org.): *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- GAMBLE, A. (1993). “The entrails of thatcherism”. *New Left Review*, 198, March/April.
- GLYN, A. (1995). “Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80”. In: SADER, E. (org.): *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBARRA PALAFOX, F. (1999). “La reforma del Estado británico”. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, 95. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM.
- KRIEGER, J. (1987). “The United Kingdom: symbiosis or division”. In: LODGE, G. C. & VOGEL, E. (eds.). *Ideology and national competitiveness*. Boston: Harvard Business School Press.
- LEYS, C. (1985). “Thatcherism and British manufacturing: a question of hegemony”. *New Left Review*, 151, May/June.
- MARSDEN, C. & HYLAND, J. (1999). “Lo que el caso de Pinochet revela sobre Gran Bretaña”. *Com itê Internacional da Quarta Internacional*, World Socialist Web Site, 9 de janeiro. (www.wsws.org)

- McILROY, J. (1999). “O inverno do sindicalismo”. In: ANTUNES, R. (org): *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZÁROS, I. (1998). “Para ir más allá del capital”. *Naghd/Kritik*, 2 de junho.
- NATIONAL LIBRARY OF WALES. “Las huelgas de los mineros en 1972, 1974 y 1984-5”. www.llgc.org.uk
- NAVARRO, A. (1997). “Bancarrota conservadora: la crisis en manos laboristas”. *Liga Comunista Argentina* (www.members.tripod.com/~ligacomunista/BR25/14-Granbre.html)
- POLITICAL Committee of Socialist Equality Party. “After 18 years of Tory rule. A socialist alternative is needed”. www.socialequality.org.uk/elect97/1b232.htm
- RESHEF, Y. (2001). “British labour legislation after 1945”. Edmonton: University of Alberta.
- RODRIGUES, I. J. & RAMALHO, J. R. (1998). “Dilemas do sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: uma abordagem comparativa”. Texto apresentado ao XXII encontro anual da ANPOCS – Associação de Nacional Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu/MG, outubro.
- RODRIGUES, L. M. (1999). *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- TAVARES, M. da C. (1996). “Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L.: *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAYLOR-GOOBY, P. (1991). “Welfare, hierarquia e a ‘nova direita’ na Era Thatcher”. *Lua Nova*, n. 24, setembro.
- TAYLOR, P. (1997). “Reino Unido e Brasil no sistema político internacional nos anos 90, com particular referência às Nações Unidas”. Trabalho apresentado no Seminário Brasil- Reino Unido, 18 e 19 de setembro, Rio de Janeiro.
- THELEN, K. (s/d). “Varieties of labour politics in the developed democracies”. Mimeo.
- WOODS, A. (1998). “Una alternativa socialista a la Unión Europea (2)”. *Marxismo Hoy*, n. 04, Fundação Friedrich Engels.